

Coluna do Castello

Sarney dispensa intermediários

HÁ mais coisas a se observar no discurso com o qual o Presidente da República declarou "uma guerra de vida ou morte contra a inflação" do que pode sugerir a leitura apressada de suas quatro páginas. Sarney produziu uma rara obra de artesanato político — de habilidade no manejo de conceitos, de escolha apropriada de palavras e de espaço oferecido a ilações. De uma ponta a outra do pronunciamento, empenhou-se em identificar seu governo com o povo, em comprometer o povo com as medidas propostas e, ao cabo, em torná-lo o principal responsável pelo sucesso de sua execução.

Os partidos não mereceram, sequer, uma única citação direta, salvo uma secundária referência à Aliança Democrática e ao apoio que pediu a "todos os Ministros e aos congressistas". A decisão "grave e difícil" ora anunciada foi tomada, conjuntamente, pelo "Governo e o povo" e dela dependerá "a sorte de nossa sociedade nos próximos anos". O Presidente sublinhou a importância do povo como agente das transformações políticas, sociais e econômicas sofridas pelo país desde o advento do regime em estado acelerado de construção.

Pois foi "a coragem do povo" que reintroduziu a democracia entre nós, foi ela "que restabeleceu o crescimento" e assegurou "a negociação soberana da dívida externa". Sarney, por fim, depositou na "coragem do povo" a esperança de derrota da inflação. Apresentou o projeto de reforma da economia como "um programa de defesa do poder de compra dos assalariados". Reafirmou a opção do seu governo pelo crescimento. Advertiu que seu único compromisso "é com o Brasil e com a história". O culto ao povo levou-o a investir cada cidadão nas funções de fiscal dos preços.

Pode ter residido aí o único aspecto de valor duvidoso do discurso. O Presidente estimulou uma intervenção frontal, quase que por conta própria de cada cidadão, na vigilância e no combate aberto a possíveis burlas à ordem inflexível de congelamento dos preços. Os acontecimentos registrados nas ruas do Rio de Janeiro significam uma evidência preocupante de que Sarney foi mal interpretado, ou de que se expressou mal ao nomear 130 milhões de fiscais. O superintendente da Polícia Federal agravou a situação ao conferir poder de polícia a todos os brasileiros.

O que ontem disse o Presidente, mais especificamente a forma que ele usou, deu prosseguimento à linha adotada por ele, e já expressa em discursos anteriores, de se dirigir diretamente ao povo, dispensando a intermediação dos partidos e das demais entidades de representação da sociedade. Até recentemente, Sarney, por exemplo, se referia ao PMDB como sendo ele o seu partido. Lembrava, com uma certa frequência, que ao PMDB estava filiado e exaltava, costumeiramente, o papel desempenhado pelo PMDB no processo de redemocratização do país.

Ultimamente — e há dois dias em visita a Ribeirão Preto — o Presidente preferiu referir-se ao PMDB como "um dos partidos que apóiam" o Governo ou como "o maior partido" de sustentação do Governo. Sarney vem, claramente, se situando acima dos partidos, como uma espécie de árbitro de suas divergências e de condutor do modo como eles convivem. Se antes, nas circunstâncias dramáticas de sua ascensão ao cargo, Sarney usou os partidos para extrair deles legitimidade, agora se ocupa em buscá-la em sua fonte original — o povo.

Os repetidos gestos de afirmação do Presidente, que culminaram com a radical mudança de rota operada, agora, na economia nacional, reforçam sua liderança, justamente no momento em que os partidos, principalmente o maior deles, atravessam uma formidável crise de identidade. A arriscada reforma da economia patrocinada por Sarney remeteu para a prateleira das coisas velhas ou para o arquivo morto a ameaça do PMDB de rebelar-se contra o Governo, a tentativa de formação de uma frente de esquerda e a decisão do PDT de deflagrar uma campanha pelas "diretas já".

Em menos de 48 horas, a dinâmica do processo político encarregou-se de mumificar todas essas coisas, que, no entanto, poderão ganhar vida novamente, se resultar em fracasso o jogo de vida ou morte em que se meteu o governo.

Relações reatadas

Às 23 horas de anteontem, o presidente José Sarney interrompeu a redação do discurso que faria à nação no dia seguinte para atender o telefone que tocou na ala residencial do Palácio da Alvorada. Era o senador Fernando Henrique Cardoso, que chamava de São Paulo. Os dois não se falavam desde que o Senador, no início da semana, concedera a ruidosa entrevista que representou, na prática, seu rompimento com o Governo.

— Presidente, eu não sou um homem deselegante, muito menos ingrato. A imprensa publicou somente o lado amargo das minhas declarações — desculpou-se Fernando Henrique.

— Nós somos bons amigos e eu não quero falar disso. Para mim, o assunto está encerrado. Estou preocupado com sua saúde. Como vai você? — perguntou Sarney. A ligação durou quase cinco minutos.

Ricardo Noblat
(Interino)